

# Como Navegar nas Fortes Vagas da Geografia e não Naufragar. A Trajetória e as Lições de Maurício Abreu

## How to Navigate through the Strong Wakes of Geography and Not Sink along the Way. Lessons Drawn from Maurício Abreu

Iná Elias de Castro<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Este texto tem como objetivo resgatar traços essenciais da trajetória acadêmica do professor e pesquisador Maurício de Almeida Abreu, tendo em vista os contextos mutantes da Geografia que a nossa geração enfrentou e suas opções como pesquisador. Trata-se de buscar na sua obra lições para os aprendizes de pesquisa e para aqueles que, mesmo não tão novatos, aspiram produzir conhecimento na Geografia, sem suspeitar quanto esforço deve ser investido nesse ofício. Trata-se, sobretudo, de destacar o valor da investigação metódica, da busca incansável pelas fontes de informação, da organização e análise dos resultados com uma visão clara da relação entre a base conceitual e a realidade que se mostra nos dados.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Maurício de Almeida Abreu, Método de pesquisa

**Abstract:** The aim of this text is to recover the essential features of the academic career of Mauricio de Almeida Abreu, as professor and researcher, within the changing currents of Geography that faced our generation and the research options he chose. Profound and sagacious lessons are available for both new researchers and old concerning how geographical knowledge is produced, even for those who have no idea about how much effort is expended in this task. The value of research method, the tireless search for sources of information, the organization and analysis of results with a clear view of the intimate relationship between the conceptual basis and the reality evident in the data are highlighted here.

Keywords: Historical Geography, Maurício de Almeida Abreu, Research method

### Introdução

Este texto tem como objetivo resgatar traços essenciais da trajetória acadêmica do professor e pesquisador Maurício de Almeida Abreu, ou simplesmente Maurício Abreu, como era chamado por todos. Relendo seu memorial para o concurso de Professor Titular e algumas de suas publicações, mas também lembrando das nossas muitas conversas durante nossos anos de convivência como colegas – estudantes e professores na UFRJ, mas

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Departamento de Geografia, Pesquisadora CNPq e FAPERJ. inacastro@uol.com.br

Castro, I. E.

acima de tudo como amigos, quero destacar: o papel da sua personalidade, marcada pela força e independência; a curiosidade acadêmica e o prazer de investigar, fundamentos da competência associada a esse prazer que, somados à objetividade, ao foco sobre o objeto de investigação, à meticulosidade, quase obsessiva, ao cuidado no trato das informações resultaram nos seus achados que mudaram a historiografia do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Procurei organizar o texto tomando por base a sua trajetória e chamar a atenção para as muitas lições que suas escolhas oferecem para os jovens pesquisadores. Para não compartimentalizar e comprometer a fluidez do texto, optei por dividi-lo em três partes que servem apenas para organizar a leitura, pois constituem um *continuum* no conteúdo. Na primeira, destaco seu tempo e espaço de formação; na segunda, a volta ao país após o doutoramento nos Estados Unidos e sua participação no Congresso da AGB de 1978 em Fortaleza e, na terceira parte, o mundo de possibilidades das fontes primárias.

## **Tempo e Espaço de Formação**

Há dois traços evidentes na trajetória acadêmica do Professor e Pesquisador Maurício de Almeida Abreu, marcados pelo seu tempo e espaço de formação e, sobretudo, por sua personalidade caracterizada pela autonomia e coerência: sua sólida base metodológica e a cidade do Rio de Janeiro.

Sua “geração geográfica”, também minha, se assim podemos nos referir aqueles que foram educados nos diferentes *corpora* da disciplina em momentos específicos da sua história a partir da década de 1970, foi certamente aquela mais sacudida pelas mudanças de rumo metodológico, conceitual e temático. O contexto de uma geografia mutante vivido durante a graduação, de 1967 a 1970, impôs escolhas a partir das bifurcações que momentos e possibilidades ofereciam.

A graduação na UFRJ, iniciada no final da década de 1960, foi pautada no melhor estilo positivista da escola francesa e no debate entre os métodos regional e sistemático, nas descrições como base para análises substantivas, nos trabalhos de campo longos e a preocupação com a observação, as descrições cuidadosas e os levantamentos de informações. Mas, esse foi tempo também da “geografia ativa”, dos diagnósticos voltados para o planejamento que os geógrafos eram treinados para realizar. Muitos dos futuros geógrafos desse tempo estagiaram no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aprenderam o valor da pesquisa aplicada e, posteriormente, foram recrutados para a atuação direta nesse ou em outros órgãos públicos ou privados.

Como está bem descrito em seu memorial (ABREU, 1997), o estágio no IBGE mostrou que o caminho de uma pesquisa é longo, cansativo e passa pela penosa tarefa de coletar dados, organizar tabelas, errar, refazer, mapear, discutir, analisar etc. O geógrafo e pesquisador nunca esqueceu a lição e toda a sua trajetória é uma boa demonstração. Seu aprendizado mostrou que no campo acadêmico nada é simples, nada tem respostas prontas ou está dado em uma investigação.

Ainda no IBGE os ventos da quantificação sopraram fortes e não mais bastava a cuidadosa descrição do visível para a apreensão da realidade. Esta seria mais bem conhecida com a análise acurada de informações estatísticas, trabalhadas através de fórmulas complexas,

algoritmos e modelos matemáticos. A geografia apresentava nova roupagem conceitual, metodológica e terminológica; era a *new geography*, o primeiro dos fantasmas que assombrou a nossa geração. A revolução quantitativa requeria que se abandonassem os cânones da tradicional escola francesa, fundada na observação e descrição. Essa passagem foi feita com alguma resistência e crítica, mas eram os novos tempos e o estudante/estagiário tinha que navegar nessa vaga.

A oportunidade profissional no IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) foi o impulso para a formação de pós-graduação nos Estados Unidos, em Ohio State University, no início da década de 70, bem como o enfrentamento com essa nova vertente da disciplina. Estatística, sistemas espaciais, teorias, leis, paradigmas, hipóteses, taxonomias e tudo mais que definem cânones da ciência e que a geografia então passara a adotar. Os temas do desenvolvimento regional e do planejamento, mais próximos das teorias econômicas neoclássicas, referências para a construção teórica na geografia, definiram os percursos para o trabalho de conclusão do mestrado, aos 24 anos (ABREU, 1973). Façanha rara na geografia brasileira no período.

A formação de pós-graduação nos Estados Unidos marcou profundamente tanto os temas de pesquisa como a perspectiva metodológica. A tese de doutorado foi sobre a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil (ABREU, 1976) e adotou uma base teórica neoclássica com apoio no modelo dualista de Michael Todaro, que dividia o mercado de trabalho urbano em setores formal e informal; a análise dos dados foi feita através de correlações canônicas e outras técnicas quantitativas, próprias da geografia daquele tempo e lugar (ABREU, 1997, p.48). Paralelamente, na França Milton Santos vinha investigando e publicando sobre o tema da divisão do mercado de trabalho, que o levaria a seu clássico "O espaço dividido". Mas, como bem reconheceu Abreu (*op cit.*) "as barreiras linguísticas e corporativas das escolas geográficas do Primeiro Mundo se fizeram sentir" e dificultaram seu acesso à obra do colega brasileiro.

No entanto, a influência de Kevin Kox favoreceu a abordagem dos temas urbanos também pela aproximação com as teorias políticas para explicar o problema do poder naquele espaço. A crítica de Cox ao viés neopositivista das teorias que a geografia utilizava e a aproximação com David Harvey possibilitou ao jovem estudante o contato com o texto então pioneiro *Social justice and the city*, que acabara de ser publicado. A preocupação com o urbano era, então, enriquecida pela vertente das teorias políticas e sociológicas, o que ele teria a possibilidade de retomar mais tarde como professor da UFRJ.

## **Volta ao País e o Congresso da AGB – Fortaleza, 1978**

A volta ao país foi em 1976, com título de doutor, emprego no IBAM e o compromisso de aplicar seus conhecimentos nos projetos voltados para o planejamento. Esse era um privilégio para poucos geógrafos no Brasil, ou seja, participar de equipe multidisciplinar para elaborar planos e projetos que seriam implementados através de políticas públicas e prever os seus possíveis impactos. Era tempo do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), do Governo Geisel.

Duas oportunidades definiram as novas bifurcações para o jovem pesquisador. A primeira, no IBAM, possibilitou estudar as políticas públicas e o problema da distribuição

das populações de baixa renda no espaço urbano. Esta trouxe de volta o tema da tese de doutorado e que abriu um leque de questões e, entre elas, aquela que se tornaria o eixo de suas pesquisas: o espaço da cidade do Rio de Janeiro. A segunda oportunidade, foi a participação no 3º Encontro Nacional de Geógrafos da AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros) em 1978, realizado na cidade de Fortaleza - CE, na mesa sobre estudos urbanos que ele dividiu com Milton Santos, então recém-chegado da França. Era sua estreia na comunidade geográfica do país e a chance de produzir algo definitivamente longe das teorias matemáticas da estrutura urbana, da análise de variância dos modelos urbanos e das teorizações neoclássicas abstratas, que ele já abandonara. Seguindo a orientação de Cox e Harvey, suas preocupações já caminhavam para o estudo das políticas públicas, do poder de pressão dos lobbies, das disputas por informações capazes de influenciar as decisões de investimentos. Sua preocupação era demonstrar que essas questões estavam relacionadas com o processo de estruturação interna das cidades e com a segregação urbana. O trabalho apresentado na mesa redonda na AGB foi sobre a importância das políticas públicas para a estrutura interna das cidades (ABREU, 1978). Apesar de ofuscado pela forte presença de Milton Santos e seu discurso contundente contra a ditadura e o *establishment* geográfico, os estudos das políticas públicas e da produção do espaço intra-urbano impuseram-se por muitos anos e, sem dúvida, ele foi um pioneiro na temática para a geografia no país.

Seu artigo chamava a atenção para o modelo de desenvolvimento concentrador de renda, adotado pelo Estado brasileiro, que reforçava o crescimento desigual de determinados núcleos, o que aumenta a sua produtividade, sem necessariamente melhorar a distribuição da renda no país e nas cidades. Em destaque no seu texto, a análise da formulação das políticas públicas como a institucionalização dos interesses das classes mais abastadas, visto que o conflito de interesses entre grupos sociais encontra-se na pauta na ordem espacial de qualquer cidade. Como exemplo da parcialidade do poder público, Abreu (*op cit.*) já chamava a atenção para a política de remoção de favelas das áreas onde o solo urbano era mais valorizado, configurando uma política urbanística cujo objetivo era favorecer a especulação imobiliária e grupos populacionais privilegiados. Para ele, o estudo de políticas públicas deveria relacionar a forma espacial urbana ao modo pelo qual o governo provê bens públicos e gera externalidades para a população. O governo deve, antes de tudo, especificar uma função de bem estar social em relação aos resultados dessas políticas, de maneira que possam ser comparados e consequentemente avaliados. Há em seu texto uma evidente influência do *Social justice and the city* de David Harvey e dos trabalhos sobre localização e políticas públicas de Kevin Cox. O primeiro tornou-se leitura e citação obrigatórias dos trabalhos de geografia urbana alguns anos depois. Apesar de abalado pela fria recepção que teve sua apresentação, sua autonomia intelectual garantiu a segurança necessária para seguir o caminho que mais a frente seria seguido por muitos.

Mas, naquele congresso da AGB, ao mesmo tempo em que a relação entre políticas públicas e espaço urbano era apresentada como novidade, mas sem muita repercussão naquele momento, o jovem doutor foi impactado por outra novidade, chegada da Europa que trazia Marx, Engels e Lenin na bagagem. Era a geografia crítica, sacudindo com sua nova vaga a geografia brasileira. Um novo paradigma se impunha, deixando para trás o positivismo, o quantitativismo e abrindo caminho para o marxismo e a economia política.

A geografia passava a se aproximar mais das ciências sociais e a estudar os processos sociais, buscando o aporte teórico dessas disciplinas.

Era o momento de enfrentar a nova vaga da geografia, repensar rumos, mergulhar numa bibliografia até então estranha à sua geração de geógrafos. E nova bifurcação para o jovem pesquisador: a decisão de acompanhar o novo *air du temps* da disciplina e aderir aos grupos de estudos de O Capital de Marx foi concomitante à compreensão de que a aceitação de um novo paradigma não deveria significar a desvalorização daquilo que já havia sido feito antes, afinal é assim em todas as ciências. Mas, para Maurício Abreu foram certamente a sua autonomia e coerência, características marcantes da sua personalidade, aliadas à sua sólida formação, tanto na UFRJ, como em Ohio State University e a prática no IBAM que favoreceram a decisão de “não entrar cegamente nessa geografia marxista que surgia, não deixaria perder de vista o trajeto que já havia percorrido” (Abreu, 1997, p.60). *Ex-post facto*, essa é uma lição crucial para a nova geração de geógrafos, ou seja, a ciência e a pesquisa se fazem por acumulação de conhecimentos e não pela exclusão, como se o novo precisasse abrir espaço com a eliminação do antigo. Esse vício deve estar na base da dificuldade de a geografia preservar e retomar seus clássicos, como fazem as ciências em geral.

Na UFRJ como professor, desde 1979, era ocasião de definir um campo próprio de pesquisa. O Rio de Janeiro se mantinha para ele como objeto privilegiado e o foco era a evolução da estrutura urbana afetada pelas políticas públicas. O papel do Estado era necessariamente analisado. Porém, não mais na perspectiva idealista do positivismo e da economia neoclássica, mas na perspectiva crítica das relações do poder público com as diferentes unidades do capital, apontando sua falta de neutralidade. Em 1980, o texto *Estado e espaço urbano: Uma perspectiva histórica* é produto desse novo momento.

Mas, a partir de 1982, o acesso aos recursos para a pesquisa possibilitou organizar um grupo com estudantes de graduação e pós-graduação e facilitou seu mergulho nas fontes primárias da história do Rio de Janeiro. Mais uma bifurcação e escolha. Esta marcaria definitivamente sua vida de pesquisador. Mais uma lição para as novas gerações: o rigor acadêmico requer método, esforço, dedicação, objetivos claros sobre o que se vai pesquisar e, acima de tudo, a preocupação em produzir um conhecimento efetivamente novo sobre o objeto de investigação e também, a capacidade de rever hipóteses reveladas falsas pelo trabalho de pesquisa. Foi o caso da revisão da ideia de que o Estado era o principal agente da estruturação do espaço urbano carioca e o maior responsável pelas desigualdades sociais. Seu levantamento de informações no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro mostrou progressivamente que a relação sociedade-espaço não é simples. Múltiplos agentes variam no tempo e no espaço e atuam de modo complexo (ABREU, 1997, p.68). Ou seja, não há relações diretas de causa e efeito no mundo social.

## **O Mundo de Possibilidades das Fontes Primárias**

A descoberta do leque de possibilidades das fontes primárias da história da cidade colocou nosso pesquisador num percurso bastante original, definindo um campo próprio de pesquisa na UFRJ que seria a geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro. Ele retomava a análise do espaço interno das cidades, que havia sido progressivamente

abandonado na disciplina em troca dos estudos urbano-regionais. O primeiro produto de impacto dessa fase foi o texto sobre o problema da habitação popular entre 1850 e 1930 (ABREU, 1984) que integrou a temática habitacional às questões da cidade. Logo depois, em 1987, foi publicado o livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* que retomou um relatório feito para o IBAM quase 10 anos antes. Aqui se colocou o dilema de atualizar o texto apoiado em fontes secundárias: livros, artigos, relatórios, crônicas, estatísticas etc., uma vez que o acesso às fontes primárias revelava novas informações e a tentação de alterar o texto original. A opção foi apenas rever o texto e eliminar possíveis incorreções, o que demonstrou ser acertado, pois este rapidamente tornou-se um clássico, de consulta e citação obrigatórias para aqueles que se interessavam pela história do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. A ampla pesquisa bibliográfica em fontes variadas permitiu demonstrar que a estratificação social é um processo histórico do espaço urbano e apontar que a segregação urbana não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos entre as classes na cidade. Comparando com os modelos teóricos desenvolvidos a partir da realidade das metrópoles dos países capitalistas avançados, o trabalho apontou que a área metropolitana do Rio, a partir do século XIX, desenvolveu uma configuração espacial oposta às metrópoles centrais, com as classes mais altas concentradas no núcleo metropolitano, em elevadas densidades, onde se concentram os investimentos públicos e as externalidades positivas.

Mas, a curiosidade do pesquisador se aguçava cada vez mais. Era preciso recuar no tempo para compreender o processo de formação histórica e territorial do Rio de Janeiro. Era hora de ir além dos séculos XIX e XVIII e ao investigar a vida carioca e a fluminense nos séculos XVII e XVI, o espaço da investigação foi ampliado para a Capitania do Rio de Janeiro. A familiaridade com as fontes primárias dos arquivos e a linguagem particular dos antigos facilitava a tarefa, em muitos casos, dificultada pela precariedade do estado de conservação do material disponível. Após mais de dez anos de dedicação a essas fontes e levantamentos exaustivos realizados no Brasil, em Portugal e no Vaticano foram obtidos novos avanços no conhecimento da geografia histórica do espaço fluminense, como a revisão da crença na crise aguda da cultura canieira nas décadas que a historiografia considera como “de baixa do açúcar”. Seu trabalho de minuciosa recomposição dos dados sobre a economia canieira no Rio de Janeiro, o que ele chamou de um “quebra-cabeça quase resolvido” identificou e mapeou os engenhos e as moedas fluminenses dos séculos XVI e XVII que, “enfim exumados do esquecimento em que permaneceram por tanto tempo” (ABREU, 2006), ajudaram a perceber que houve um crescimento contínuo da cultura da cana e rever a crença sobre a crise do setor no período. A metodologia para aquela recomposição, bem descrita em seu trabalho, é certamente um marco em sua obra e mais uma lição para os pesquisadores, ou aspirantes ao ofício.

Todo esse percurso fez chegar ao grande momento de realização do sonho de finalmente publicar em livro a *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)* (ABREU, 2010). Mas, tantos anos de trabalho, tantas informações, tantos mapas, tantas iconografias até então escondidas nos arquivos, ou perdidas, ou semidestruídas; tantas análises, tantas verdades revistas, tantas reflexões, não poderiam compor um livro qualquer. Era preciso que a obra estivesse à altura do seu conteúdo. E assim foi feito. Esse é certamente o livro de geografia mais marcante e bonito já produzido no país. Dividido em dois volumes, o trabalho integra a formação social e a forma espacial da cidade do Rio de Janeiro e faz intenso diálogo entre história e geografia como metodologia de trabalho. Com o

objetivo de entender a apropriação, organização e produção do espaço colonial fluminense nos séculos XVI e XVII, teoria e pesquisa empírica estão claramente articuladas nas suas páginas, aliando pensamento teórico com pesquisa de base. O conceito de *lugar* é resgatado e enriquecido com o sentido grego de *topos*. No primeiro volume, logo no início, a importância da posição estratégica da cidade é discutida e a conclusão de que a decisão de ocupação desse lugar foi mais afetada pela sua posição vantajosa do que pelas suas características físicas. No segundo volume, é analisado o sistema atlântico do Rio de Janeiro, a sua inserção na economia-mundo e o modo como a cultura canavieira conduziu o mundo colonial português. Por fim, são trazidas a difícil reconstrução física da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e o processo da sua ocupação. Nesse ponto, sua constatação sobre os agentes das transformações do espaço urbano carioca no século XVII revelou que, diferente do que era aceito, a iniciativa particular esteve presente, apesar da ação direta ou indireta da Coroa portuguesa.

A repercussão do lançamento dos dois volumes foi imediata, especialmente entre historiadores, mas também entre urbanistas. Afinal, além de todos os achados para a história econômica e social da cidade que as muitas informações recuperadas dos arquivos trouxeram, a pesquisa foi progressivamente assumindo um evidente caráter interdisciplinar e o diálogo com a história e a arquitetura se estabeleceu com facilidade. E aqui, nova lição extraída do trabalho do pesquisador. A geografia subverteu crenças aceitas pela história, como aquela da crise da atividade canavieira no século XVII, e inovou na forma de acessar, recuperar e dar sentido às fontes primárias.

## Concluindo

A liberdade intelectual do nosso pesquisador, sua deliberada decisão de não sucumbir às respostas prontas que as camisas de força ideológicas fornecem, permitiu-lhe trafegar pelas variadas vertentes do pensamento das ciências sociais e enriquecer suas interpretações e análises nos campos da geografia histórica e urbana. Como resultado dessa liberdade, foi revisto o papel do Estado no processo histórico de formação do espaço urbano carioca, assim como a crença que nesse espaço colonial conviviam usos e classes sociais diferentes, pontos de vista fortemente estabelecidos em um determinado momento da geografia e da história. Sua pesquisa revelou que políticas públicas podem ter efeitos perversos, embora este não seja imperativo, e que mesmo no pequeno espaço ocupado pela acanhada cidade colonial, as classes mais poderosas estavam mais concentradas do que as outras, mais dispersas. Mesmo se essa geografia do passado, como fazia questão de definir Maurício Abreu, é importante por si mesma e não por qualquer conexão com o presente, seu último trabalho, assim como os anteriores deixam uma lição importante sobre o ofício de investigar, condição necessária à boa arte de pesquisar.

Para finalizar, é possível extrair de seu percurso de pesquisa e do justo impacto intelectual de sua obra uma lição fundamental para a produção do conhecimento, qualquer que seja o objeto investigado: não é possível creditar a um autor ou a uma matriz intelectual apenas, por mais consagrados que sejam, as ideias, as hipóteses, as teorias ou suposições capazes de guiar uma pesquisa na direção de um pensamento inovador para melhor apreensão da realidade.

Castro, I. E.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M.A. *Regional development in Brazil: a center-periphery approach*. Department of Geography, The Ohio State University, Columbus, Ohio, EUA. Dissertação de Mestrado, 1973.

\_\_\_\_\_. *Migration, urban labor absorption and occupational mobility in Brazil*. Department of Geography, The Ohio State University, Columbus, Ohio, EUA. Tese de Doutorado, 1976.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e estrutura interna das cidades: Uma abordagem preliminar. In: 3 Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza. 3 Encontro Nacional de Geógrafos – Sessões dirigidas. Fortaleza: AGB/UFC, 1978. p. 13-21.

\_\_\_\_\_. *Da habitação ao habitat*. Uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930). Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro – 1ª República. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa/IUPERJ/IBAM. 1984.

\_\_\_\_\_. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. 147 p.

\_\_\_\_\_. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (32), 1 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-17000)*. 1ª edição, Rio de Janeiro. Andrea Jacobson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. Volumes 1 e 2".